



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Departamento de Engenharia Química e do Ambiente
Licenciatura Bi-Etápica em Engenharia do Ambiente

PROGRAMA DA DISCIPLINA DE DIREITO

4º Ano

Ano Lectivo: 2005/2006

Docente: Dr. Manuel Baeta Neves, Professor Coordenador

Regime: Semestral (1º)

Carga Horária: 3T

OBJECTIVO: Fornecer aos alunos as noções básicas do Direito de forma a permitir-lhes compreender a legislação ambiental.

Depois, numa segunda parte da disciplina analisar o conceito jurídico de ambiente e seu enquadramento, e proceder ao estudo e análise de toda a legislação fundamental relativa ao ambiente, tanto internacional como em especial a legislação nacional e comunitária.

PROGRAMA

PARTE I

I.. Direito

1. Noção de Direito
2. Sociedade e Direito
3. Breve síntese histórica da ideia de Direito
4. Norma jurídica. Características da norma jurídica
5. Sistema jurídico

II.. Fontes do Direito

1. Costume
2. Lei
3. Jurisprudência
4. Doutrina

III.. Direito e Estado

1. A lei
2. Organização do Estado
3. Órgãos de Soberania: constituição e poderes

IV. Diplomas legais: tipos de diplomas legais

1. A constituição. Noção. As Constituições Portuguesas. A Constituição de 1976.
2. Tratados Internacionais



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Departamento de Engenharia Química e do Ambiente
Licenciatura Bi-Etápica em Engenharia do Ambiente

3. Normas comunitárias. A integração europeia. Os tratados. Directivas e regulamentos.
4. Leis e Decretos-Lei.
5. Regulamentos. Decretos regulamentares.
6. Resoluções do Conselho de Ministros
7. Despachos normativos
8. Portarias
9. Decretos regionais
10. Normas sectoriais
11. Normas locais
12. Decretos do Presidente da República
13. Processo de formação das Leis e Decretos-Lei

PARTE II

V. Introdução

1. Ambiente. Noção do conceito.
2. O Ambiente e a Vida Humana.
3. Os principais problemas ambientais e a sua relevância jurídica.
4. A interdisciplinaridade das ciências do Ambiente. O direito do ambiente e outros ramos do Direito Público e Privado: conexões.
5. O Direito e o Ambiente. Formas possíveis de abordagem jurídica dos problemas ambientais.
6. Breve síntese histórica do aparecimento do Direito do Ambiente.

VI. O Ambiente e a Constituição

1. Disposições constitucionais sobre o Ambiente na constituição de República Portuguesa.
2. Princípios constitucionais em matéria de ambiente.
 - a) Os direitos dos cidadãos
 - b) Os deveres dos cidadãos
 - c) As tarefas do Estado

VII. Os tratados Internacionais

1. Breve enunciado sobre os principais tratados internacionais em matéria de ambiente.
2. O Tratado da União Europeia.
 - a. Os primeiros programas e acções em matéria de ambiente e respectivos princípios informadores.
 - b. O Tratado Único Europeu.
 - c. O Tratado de Maastricht.
 - d. O princípio do desenvolvimento sustentável e não inflacionista e o princípio da subsidiariedade.
 - e. Os objectivos da política de ambiente na União Europeia.
 - f. Os princípios da política de ambiente da União Europeia.

VIII. A Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87)



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Departamento de Engenharia Química e do Ambiente
Licenciatura Bi-Etápica em Engenharia do Ambiente

1. O princípio geral.
2. Os princípios específicos. Sua análise.
3. Objectivos e medidas.
4. Conceitos e definições
5. Análise dos comportamentos ambientais
6. Instrumentos da política do ambiente
7. Organização e competência dos organismos responsáveis em matérias de ambiente

IX. Direitos e Deveres dos Cidadãos

1. O direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.
2. O direito de informação.
3. O direito de associação - As Associações de Defesa do Ambiente. Regime jurídico.
4. O dever de colaborar na defesa e preservação do ambiente.
5. A responsabilidade por danos causados no ambiente.
 - a. Responsabilidade civil subjectiva e objectiva.
 - b. A responsabilidade civil objectiva por danos causados no ambiente - análise do regime do artigo 41º da Lei de Bases do Ambiente.
 - c. A indemnização. Medida de indemnização.
6. O direito de petição e acção popular. Os interesses difusos.

X. O Ambiente e Ordenamento do Território

1. Estudos de impacte ambiental.
2. Avaliação dos impactos ambientais.
3. Análise de custos - benefícios.
4. Internalidades e externalidades.
5. O ordenamento do território. Planos de ordenamento do território.

XI. Das Medidas Administrativas e das Penalizações

1. Das medidas cautelares. O licenciamento.
2. Dos embargos administrativos.
3. Do seguro de responsabilidade civil.
4. Das contra ordenações e coimas.
5. Crimes contra o ambiente.

Método de Avaliação:

Além de contínua, haverá frequências escritas e trabalhos práticos.

Os alunos só dispensarão de exame se obtiverem a média mínima de 12 valores nas frequências. Nos exames só dispensarão na oral se obtiverem a nota mínima de 12 valores na escrita.

Bibliografia:

Os elementos de estudo serão fornecidos pelo docente.